



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE  
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI**

**EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO  
SETOR PÚBLICO (DCASP)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Autarquia Municipal de Assistência Previdenciária do Município de Balneário Camboriú - BCPREVI, órgão público com personalidade jurídica, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 07.252.009/0001-39;

**1.2 *Domicílio:*** estabelecido na Rua Dinamarca nº 175, Bairro Nações na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina;

**1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Instituído pela Lei Municipal nº 2.421, de 21 de dezembro de 2004, com o objetivo de dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades: - "garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e falecimento; e proteção à maternidade e à família".

**1.4 *Declaração de conformidade:*** as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou



ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados que poderá ser revisto no exercício de 2020 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

## **2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

**2.1 Base de mensuração utilizada:** Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis têm por base o custo histórico das transações.

**2.2 Novas normas e políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional.

**2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Dos créditos, ou não, por competência, todas as contribuições previdenciárias, tanto retidas do servidor, como as contribuições patronais, dos ativos e inativos, bem como, as





parcelas de aportes para cobertura de déficit atuarial foram reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência durante o exercício.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência foi implantado no exercício de 2017.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis está previsto e implantado de acordo com Decreto Municipal n.º 7.404/2014 e 7.540/2014.

O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 10.089/2020.

A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2021 e não foi implantado nem está em implantação.

A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.

### **3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE**

De acordo com artigo 15, da Instrução Normativa n.º 20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências:



“Art. 15. A prestação anual de contas de gestão deve estar acompanhada dos balanços e demonstrativos contábeis exigidos pelas Leis nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme o caso.

§1º A unidade jurisdicionada deve apresentar os documentos mencionados no caput atualizados em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda.”

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN nº 437 e 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;





4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
7. Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade.

As demonstrações contábeis conterão a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

1. Publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
2. Remessa aos órgãos de controle interno e externo, à associações e a conselhos representativos;
3. Disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
4. Disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.



### **3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados no exercício anterior.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também





pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2021 foi superavitário na importância de R\$ 66.242.403,68, (sessenta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e três reais e sessenta e oito centavos), 8,18% acima do superávit de 2020 que foi de R\$ 61.232.763,50 (sessenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa realizadas (despesas empenhadas), durante o exercício. Este resultado levemente superior ao ano anterior se deu principalmente pelo fraco desempenho das arrecadações da receita de rendimentos financeiros, haja visto o forte impacto do novo coronavírus ao mercado financeiro e economia de forma geral. No exercício foi arrecadado 82,65% das receitas previstas e 83,52% do orçamento das despesas devidamente atualizadas foi empenhado, demonstrando leve desequilíbrio entre receitas e despesas realizadas, desfavoráveis às receitas.

Com relação às Receitas de Contribuições Previdenciárias dos ativos e inativos, em 2021, houve um aumento de 11,83%, em virtude, principalmente, do aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%, através da Lei Complementar nº 72 de 14 de janeiro de 2021.

A transferência financeira; não consta no demonstrativo, mas em nota explicativa, como preceitua o capítulo V do MCASP; sendo que em 2021 os valores recebidos foram de R\$ 2.446,01 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e um centavos), sendo que não houve transferências financeiras concedidas pelo BCPREVI. Essa transferência recebida se refere à reembolso pela Prefeitura de Balneário Camboriú, devido a verbas



**BCPREVI**

Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos do Município de  
Balneário Camboriú

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de  
Balneário Camboriú**

sucumbenciais pagas à servidor aposentado conforme preceitua a Lei Municipal nº 3.955 de 2016.

As Receitas Patrimoniais de aplicação financeira em 2021 foram arrecadadas somente 31,45% em relação ao previsto, R\$ 21.319.563,59 (vinte e um milhões, trezentos e dezenove mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), assim como as arrecadações desta rubrica em 2020 foram somente de 68,23% em relação ao previsto, R\$ 37.680.046,50 (trinta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil, quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Diferentemente do ano de 2019 que arrecadou 185% do previsto, devido à grande alta do segmento de renda variável, ao qual colaborou para a superação da meta atuarial em 186,59% daquele ano. Estes últimos dois anos, 2020 e 2021, o mercado financeiro foi profundamente impactado pelo novo coronavírus, o que resultou em arrecadação de aplicações financeiras inferiores aos previstos. A meta atuarial, que fechou o ano em 10,63% e 16%, foi executada em 5,16% e -1,15% em 2020 e 2021, respectivamente. Assim, apenas 48,54% da meta atuarial foi atingida em 2020, sendo que em 2021 pela primeira vez a carteira de investimentos encerra o ano de forma negativa em -1,15%, representando -107% de atingimento da meta atuarial neste último ano. Desta forma, a média dos últimos três anos, que se mantinha superada, com o fraco desempenho de 2021, acabou por ficar insuficiente em 63,86%, sendo:  $(2019 + 2020 + 2021 = \text{meta: } 37,22\%; \text{ resultado: } 23,77\%)$ .

As Receitas decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS, regulado pela Lei Complementar nº 15 de 01 de julho de 2016, e Decreto regulamentador nº 10.203 de 18 de dezembro de 2020. A parcela pertinente a este ano de 2021 teve seu recebimento em 91,83% do estimado, sendo que a última parcela referente a parte da Prefeitura de Balneário Camboriú e Câmara de Vereadores possui vencimento nos primeiros dias de 2022.





O valor de R\$ 11.034.893,09 (onze milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e nove centavos), não pago em 2020, em virtude do estado de calamidade pública trazido pelo novo Coronavírus - COVID-19, promulgado pelo decreto municipal nº 9.853 de 30 de março de 2020, foi objeto de repactuação em sessenta parcelas de R\$ 190.624,50 (cento e noventa mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), corrigidos pelo IPCA + juros de 0,47% ao mês, através do Termo de Parcelamento 045/2021, conforme norma autorizativa, Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 2020, e está registrado no Ativo do BCPREVI, Outros Créditos Previdenciários Parcelados. Em 2021 já foram recebidas 12 parcelas, totalizando R\$ 2.271.095,04 e mais R\$ 559.279,40 referente a correção e juros.

Foi recebido a título de compensação previdenciária – COMPREV, o valor de R\$ 855.039,40 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, trinta e nove reais e quarenta centavos), 70% acima do arrecadado em 2020 que foi de R\$ 500.607,15 (quinhentos mil, seiscentos e sete reais e quinze centavos), referentes a deferimentos de processos antigos pelo INSS.

Com relação aos Restos a Pagar, houve uma diminuição do saldo dos RP não processados pelo cancelamento de R\$ 15.065,28 e pagamento de R\$ 82.679,43, e quanto aos RP processados e não processados liquidados houve leve aumento, visto o maior cancelamento em 2020, de R\$ 84.413,76, frente a R\$ 8.735,03 cancelados em 2021.

### **3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os



saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispendios.

O saldo transportado para o exercício seguinte no BCPREVI é de R\$ 638.261.562,39 (seiscentos e trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos). Uma evolução financeira em relação ao saldo do ano anterior acima de 37 (trinta e sete) milhões de reais, em virtude do superávit financeiro do exercício. O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas Obrigações a Pagar para o exercício seguinte na ordem de R\$ 147.520,73 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais e setenta e três centavos), e baixados via pagamentos em R\$ 479.130,66 (quatrocentos e setenta e nove mil, cento e trinta reais, e sessenta e seis centavos), entre processados e não processados de restos a pagar de exercícios anteriores.

### **3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.





A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

### **3.3.1 Patrimônio Líquido**

O Resultado Patrimonial do exercício apresenta Superávit de R\$ 197.382.047,02 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quarenta e sete reais e dois centavos), 140% acima do resultado do ano anterior de Déficit de R\$ 500.623.471,89 (quinhentos milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme verificado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, isso em decorrência da atualização da Provisão Matemática Previdenciária, oriundo do Estudo Atuarial de 2021, data base 2021. O resultado encontrado no citado estudo atuarial foi deficitário em R\$ 256.136.886,86 (duzentos e cinquenta e seis milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), o qual se buscará equacionar em 2022. O equacionamento do alto déficit atuarial do estudo anterior, aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 10.660 de 15 de dezembro de 2021, demonstrou-se no estudo



atuarial de 2021, o qual foi devidamente contabilizado, provocando a reversão no Patrimônio Líquido de resultado deficitário para superavitário.

Há um saldo devedor de resultados de exercícios anteriores de R\$ 414.044.020,01 (quatrocentos e quatorze milhões, quarenta e quatro mil, vinte reais e um centavo), que somado ao Resultado do Exercício, apresenta o Resultado Acumulado deficitário em R\$ 216.661.972,99 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos).

### 3.3.2 Créditos a Curto Prazo

Estes valores se referem, em grande parte, a saldos a receber de contribuições previdenciárias, saldo de aportes para cobertura de déficit atuarial, e Provisões de contribuições a receber conforme tabelas abaixo:

CONTRIBUIÇÕES RETIDAS SERVIDORES	
Contribuições Retidas do Servidor – Educação	1.338.511,29
Contribuições Retidas do Servidor – PMBC	678.392,41
Contribuições Retidas do Servidor - Funservir	19.144,61
Contribuições Retidas do Servidor - Saúde	475.308,45
Contribuições Retidas do Servidor - Emasa	0,06
Contribuições Retidas do Servidor - Fundação Cultural	4.225,92
Contribuições Retidas do Servidor - Câmara de Vereadores	835,18
Contribuições Retidas do Servidor - BCTRAN	37.474,02
CONTRIBUIÇÕES PATRONAL	





**BCPREVI**  
Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos do Município de  
Balneário Camboriú

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de  
Balneário Camboriú**

Contribuição Patronal – PMBC	899.397,19
Contribuição Patronal – Fundação Cultural	6.594,99
Contribuição Patronal – SAÚDE	739.354,83
Contribuição Patronal – EDUCAÇÃO	2.633.821,46
Contribuição Patronal – FUNSERVIR	13.974,90
Contribuição Patronal – BCTRAN	58.887,75
<b>PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES A RECEBER</b>	
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário - Ente	3.262.587,75
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário - F.Saúde	2.313.727,91
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário - EMASA	341.889,42
Encargos s/aprop.de férias e 13º salário - Câmara Vereadores	66.626,07
Encargos s/aprop.de férias e 13º salário - Fund.Cultural BC	7.362,87
Encargos s/aprop.de férias e 13º salário - Funservir	35.728,26
Encargos s/aprop.de férias e 13º salário - BCPREVI	120.839,85
<b>PROVISÕES A RECEBER DE APORTES DÉFICIT ATUARIAL</b>	
Aportes Periódicos ano 2020	9.323.077,45
Aportes Periódicos ano 2021	1.978.855,67
Aportes Periódicos ano 2022	24.233.357,76
<b>OUTROS</b>	
Depósito Judicial	15.113,08
<b>TOTAL</b>	<b>48.605.089,15</b>



### 3.3.3 Investimentos de Aplicações temporárias em curto prazo

O total dos recursos financeiros aplicados junto ao mercado financeiro ao final de 2020 é de **R\$ 638.051.645,24** (seiscentos e trinta e oito milhões, cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos); e está composta conforme tabela abaixo.

SEGUIMENTO	VALOR	Enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010, 4.604/2017, 4.695/2018, revogados pela Resolução CMN 4.963 de 25/11/2021
Títulos do Tesouro Nacional	R\$ 27.629.239,46	Art. 7º, inciso I, alínea "a"
Fundos 100% Títulos Públicos	R\$ 270.644.224,48	Art. 7º, inciso I, alínea "b"
Fundos de Renda Fixa	R\$ 122.131.315,14	Art. 7º, inciso IV, alínea "a"
Fundos RF Crédito Privado	R\$ 1.916.044,58	Art. 7º inciso VII, alínea "b"
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>R\$ 422.320.823,66</b>	<b>66,19% da carteira</b>
Fundo de Ações referenciados	R\$ 17.065.381,64	Art. 8º, Inciso I, "a"
Fundo de Investimentos em Ações	R\$ 120.715.417,38	Art. 8º, inciso II, "a"
Fundo de Investimentos Multimercados	R\$ 17.147.364,55	Art. 8º, inciso III
Fundo Investimentos em Participações	R\$ 891.115,63	Art. 8º, inciso IV,, "a"
Fundo de Investimentos Imobiliários	R\$ 1.587.128,48	Art. 8º, inciso IV, "b"
<b>Total Renda Variável e Estruturados</b>	<b>R\$ 157.406.407,68</b>	<b>32,91% da carteira</b>
Fundos de Investimentos no Exterior	R\$ 43.660.017,16	Art. 9º, A, II
Fundos de Ações - BDR nível I	R\$ 14.664.396,74	Art. 9º, A, III



Total Investimentos Exterior	R\$ 58.324.413,90	9,14% da carteira
Total Geral	R\$ 638.051.645,24	100% da carteira

### 3.3.4 Imobilizado

Composto somente de Bens Móveis no valor de R\$ 255.518,27 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e sete centavos). As taxas de depreciação utilizadas são as fixadas pelo município através do Decreto nº 10.089 de 06 de outubro de 2020. Sendo que até o exercício atual o saldo em depreciação acumulada é de R\$ 51.432,12 (cinquenta e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos), representando 20,12% do saldo dos Bens Móveis.

Visando atender ao disposto no MCASP, 5ª edição, parte II, bem como aos prazos determinados no Art. 6º da Portaria STN nº 437, de 12 de Julho de 2012, foi realizado em 2017 a reavaliação e mensuração dos bens móveis do BCPREVI.

### 3.3.5 Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Nesta rubrica houve uma relevante diminuição de seu saldo em relação ao exercício anterior, 73%, em decorrência de pagamentos e cancelamentos de saldos de restos a pagar no exercício. E seus valores mais relevantes se dão pela liquidação de rescisões de benefício previdenciários em decorrência de extinção destes por falecimento, que carecem de alvarás judiciais para o





devido pagamento. Há também um relevante saldo referente à provisões por competência de férias e encargos sobre folha dos servidores comissionados do BCPREVI.

### 3.3.6 Provisões a Longo Prazo

O saldo na rubrica de provisões a longo prazo refere-se à Provisão Matemática Previdenciária oriunda do estudo atuarial de 2021 data base 2021, o qual apresentou Déficit Atuarial de R\$ 256.136.886,86 (duzentos e cinquenta e seis milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), resultado este ainda carente de processo legislativo, (lei e decreto), visto o tempo escasso para este processo e, assim registrado por exigência do TCE-SC (Tribunal de Contas de Santa Catarina). O resultado atuarial do ano anterior 2020, ano base 2020, foi equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 10.660 de 15 de dezembro de 2021. Abaixo tabela com a evolução dos resultados atuariais dos últimos anos:

Referência	Valor
2016 data base 2015	-239.232.751,09
2017 data base 2016	-156.622.074,79
2018 data base 2017	-49.338.311,28
2019 data base 2018	-30.475.001,25
2020 data base 2019	150.240.914,88
2020 data base 2020	-412.865.553,98



2021 data base 2021	-256.136-886,86
---------------------	-----------------

### 3.3.7 Superávit Financeiro

Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 637.976.633,82 (seiscentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), 6,24% acima do exercício anterior, isso, em decorrência das obrigações mais relevantes do BCPREVI estarem registrado no Permanente, Provisões Matemáticas Previdenciárias, Exigíveis no Longo Prazo como preceitua o MCASP.

### 3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo superavitário no montante de R\$ 197.382.047,02 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quarenta e sete reais e dois centavos), significativamente maior que o resultado do exercício anterior (139,43%), que foi deficitário de R\$





**BCPREVI**

Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos do Município de  
Balneário Camboriú

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de  
Balneário Camboriú**

500.623.471,89 (quinhentos milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos). No saldo da rubrica Transferências Intra-governamentais houve um aumento de 214% em relação a 2020, R\$ 48.995.562,35 (quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos), que se refere a parcela anual recebida a título de equacionamento de déficit atuarial amortizado, somados dos recursos repactuados através do Termo de Parcelamento 045/2021, dos aportes não pagos referentes ao ano de 2020. No saldo na rubrica, Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, inclui-se as arrecadações recebidas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em virtude da Compensação Previdenciária – COMPREV, no montante de R\$ 861.281,55 (oitocentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), um aumento de 58,20% em relação ao arrecadado em 2020. Os valores constantes nas rubricas Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas dentro das 'VPAs', bem como a rubrica VPD de Constituição de Provisões, dentro das 'VPDs', referem-se à contabilização da atualização da Provisão Matemática Previdenciária trazida pelo novo estudo atuarial de 2021, data base 2021. A rubrica Desincorporação de Passivos compõe-se dos cancelamentos de restos a pagar, no montante de R\$ 8.735,03 (oitenta mil, setecentos e trinta e cinco reais e três centavos). Dentro das 'VPDs', na rubrica de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas, estão contabilizados os Rendimentos Negativos em Aplicações Financeiras além dos valores positivos, ou seja, que superaram os valores das receitas no exercício, assim como preceitua o TCE-SC, na Tabela de eventos contábeis, (2.78.4), no montante de R\$ 28.776.693,69 (vinte e oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), um aumento de 443% em relação à 2020, em virtude no desempenho ruim do mercado financeiro global, visto os efeitos da pandemia da COVID-19. O saldo de R\$ 1.956.751,90 (um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) nas 'VPDs', Tributárias, refere-se ao montante de PASEP pago no ano.



Justifica-se o aumento neste exercício no Resultado Patrimonial do Período, principalmente, pela contabilização da atualização da provisão matemática, em decorrência do resultado do estudo atuarial de 2021, ano base 2021, o qual, trouxe o equacionamento do déficit anterior, através do Decreto nº 10.660, de 15 de dezembro de 2021.

### **3.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa (Anexo 18)**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações foi superavitário em R\$ 65.930.108,62 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta mil, cento e oito reais e sessenta e dois centavos), 21% acima do resultado do exercício anterior que foi de R\$ 54.447.996,81 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), apesar da baixa arrecadação com rendimentos de aplicação financeira, se comparado ao ano anterior, compensou-se com maior





**BCPREVI**

Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos do Município de  
Balneário Camboriú

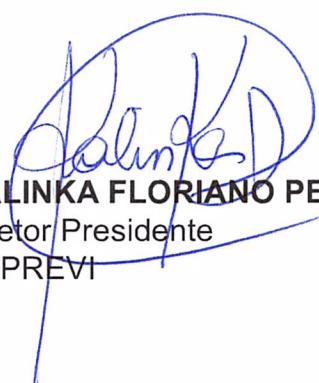
Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de  
Balneário Camboriú**

arrecadação com contribuições dos ativos que aumentou a alíquota para 14%, e maior arrecadação nos aportes de cobertura de déficit atuarial em virtude do saldo reparcelado de 2020.

As atividades de Investimentos apresentaram déficit de R\$ 1.119,90 (um mil, cento e dezenove reais e noventa centavos), referente a aquisição de bens móveis, sem que houvesse qualquer ingresso desta natureza. Não houve operações de atividades de financiamentos.

A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 65.928.988,72 (sessenta e cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta centavos). Um acréscimo de 21% em relação ao ano anterior. O Caixa e equivalente de caixa final é de R\$ 667.023.143,00 (seiscentos e sessenta e sete milhões, vinte e três mil, cento e quarenta e três reais), aumento de 11% em relação ao saldo de 2020.

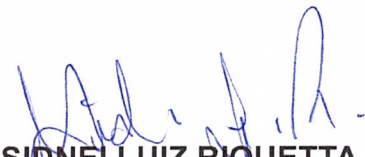
Balneário Camboriú - SC, dezembro de 2021.



**KALINKA FLORIANO PETERES**  
Diretor Presidente  
BCPREVI



**DENISE RONCHI FRANCÊZ**  
Diretor financeiro  
BCPREVI



**SIDNEI LUIZ RIQUETTA**  
Contador – BCPREVI  
CRC/SC 029.989/O-1